



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

**Data, hora e local:** A reunião foi realizada no dia 1º de dezembro de 2025, às 15h, na plataforma Teams.

**Participantes:** Carlos Eugenio Varella Escosteguy, Gabriela Agustinho Borges, Kellen Brito dos Santos, Mariana Passos Barboza Moura Bispo, Rafael Silveira e Silva, Samuel Pinheiro Barguil, Telma América Venturelli, Vanessa Martins Ribeiro, Victor Alexandre Paulo Comeira

**Ordem do dia:** (1) Boas-vindas aos novos membros (representante discente, representante da COESUP, representante coordenadores de curso); (2) Breve explicação sobre a CPA; (3) Status dos documentos de planejamento da Escola (PCASF; PDI; PDInter); (4) Deliberação – Matriz de avaliação institucional; (5) Deliberação – Plano de autoavaliação Institucional; (6) Calendário de reuniões 2026; (7) Relatório de Autoavaliação Institucional 2026 – calendário de captação de dados

**Debates e deliberações:** Foram debatidas e deliberadas as matérias objeto da pauta do dia, na seguinte ordem: **(1)** A reunião foi iniciada por Mariana Passos Barboza Moura Bispo, que deu as boas-vindas aos novos membros da CPA, Kellen Brito dos Santos, representante de COESUP e Victor Alexandre Paulo Comeira, como membro representante discente. Informou que ambos estavam na condição de convidados na reunião, uma vez que a portaria de designação ainda não havia sido publicada. Mariana comunicou que a nova representante dos coordenadores de curso, Valéria Cristina Castanho de Almeida, não pôde comparecer à reunião. **(2)** Dando sequência à pauta, Mariana ressaltou a relevância institucional da CPA e seu papel no acompanhamento da qualidade educacional do ILB. Destacou que, por meio da análise contínua dos instrumentos avaliativos, a CPA oferece inssumos para decisões estratégicas da Direção e participa das interlocuções com o MEC, reforçando a importância do trabalho da comissão em uma instituição que obteve nota máxima na avaliação realizada pelo Ministério. **(3)** Em seguida, Mariana informou que os principais documentos orientadores da Escola foram aprovados pelo Conselho de Supervisão: o PCASF, com vigência anual; o PDI (2025–2029); e o Plano Diretor do Interlegis (PDInter), aplicável às ações de capacitação das casas legislativas. Informou que a CPA pode disponibilizar o acesso a esses documentos aos demais membros. **(4)** A palavra foi então passada à Vanessa Ribeiro, que apresentou a Matriz de Avaliação Institucional (MAI). Ela explicou que o documento surgiu da necessidade de padronizar os instrumentos de avaliação utilizados pelas coordenações, uma vez que análises realizadas pela CPA revelaram divergências significativas entre perguntas, formatos e escalas. Exemplificou com diferenças nas escalas de respostas, que variava entre perguntas diretas, escalas de 1 a 5, escalas de 1 a 10 ou respostas categóricas, o que dificultava a consolidação e a comparabilidade dos dados institucionais. Vanessa esclareceu que a MAI é um documento de referência, não impositivo, que estabelece diretrizes, critérios mínimos e modelos de questionários contendo perguntas obrigatórias e escalas padronizadas. Foi destacado que as coordenações continuam livres para incluir perguntas específicas às suas realidades. Durante a discussão, Kellen Brito apresentou questionamentos sobre o uso da escala Likert e as dificuldades de mensuração do ponto médio. Telma Venturelli esclareceu que se trata de debate técnico comum na área estatística e que o ponto médio não inviabiliza as análises da CPA, desde que haja padronização institucional. Victor Comeira sugeriu a inclusão, na MAI, de uma seção dedicada a estratégias para fortalecimento





**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

da participação discente, reforçando a necessidade de ampliar espaços de escuta e engajamento dos alunos nos processos avaliativos. A sugestão foi acolhida pelos membros. Após debate, a MAI foi aprovada por unanimidade. (5) Na sequência, Mariana apresentou o Plano de Avaliação Institucional (PAI), com vigência de 2026 a 2028, destacando que o documento consolida as diretrizes de atuação da CPA para os próximos anos, definindo periodicidade das reuniões, formas de divulgação dos resultados, prazos para envio de dados pelas coordenações, responsabilidades dos agentes envolvidos e mecanismos de acompanhamento das avaliações. Informou também a inclusão do eixo de Acessibilidade, alinhado ao planejamento institucional. O PAI foi igualmente aprovado por unanimidade, sendo registrado que sugestões posteriores poderão ser incorporadas. (6) Foi apresentado o calendário de reuniões de 2026, prevendo encontros ordinários trimestrais em março, junho, setembro e dezembro, sempre às quartas-feiras, às 10h. (7) Telma informou que a reunião de março acumula a responsabilidade de aprovar o Relatório de Autoavaliação, que deve ser enviado ao MEC até 31 de março, podendo haver reunião extraordinária se necessário.

Nada mais havendo a tratar, Mariana agradeceu a participação de todos, reforçou a disponibilidade da CPA para esclarecimentos posteriores e encerrou a reunião, procedendo ao registro da foto oficial.

**Brasília, 1º de dezembro de 2025.**

Redação: Vanessa Martins Ribeiro.

